

A QUESTÃO DA MULTIPLICIDADE NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO

Vagner Silva Alves

Professor de Desenvolvimento Econômico do Curso de Ciências Econômicas da
UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana – Bahia
Mestre em Economia pela USP
Doutorando em Economia/FGV-SP

Resumo: Este trabalho parte da constatação de que os trabalhos mais expressivos sobre metodologia científica não se constituem numa representação adequada da trajetória de pesquisa em economia, tanto em seus trajetos longos que duram séculos quanto em períodos de algumas décadas - duração em que se apresentam uma seqüência de *mainstreams*. Por este motivo, neste artigo, são apresentados os conceitos de *múltiplos atratores e campo de identidade* como componentes para a explicação da não linearidade no avanço do conhecimento científico e da natureza das mudanças em economia. Este escrito aponta para a maleabilidade e a subsunção presentes à *ordenação de intencionalidades* para apontar razões estruturais que dificultam a manutenção da unicidade teórica dos programas de pesquisa nas ciências sociais. Estes fatos repercutem na ampliação dos usos combinados de elementos de retórica e coesão social para que se mantenha atuando uma escola teórica ou vertente de investigação. A constituição do argumento central deste trabalho implica, por um lado, num diálogo com princípios centrais do avanço metodológico do século XX elaborados por Popper, Lakatos e Kuhn, qualificando as noções progresso científico, programa de pesquisa e fronteira do conhecimento científico; por outro lado, requer a explicitação de motivações que se constituíram nos fundamentos da ciência econômica contemporânea.

Palavras-chave metodológicas: atratores-múltiplos, campos de identidade, trajetórias auto-referenciadas, redes mutantes.

1- Introdução

A observação dos debates e linhas de pesquisa sobre investigação em economia ao longo de séculos mostra um quadro que não é suficientemente representado pelos dois arcaísmos mais relevantes sobre a natureza do trabalho científico, o de Karl Popper e o de Thomaz Kuhn.

O século XX foi prodigioso no que diz respeito ao avanço da metodologia da pesquisa científica. Neste campo, o caráter contínuo ou descontínuo do progresso científico esteve no centro do debate que apresentou um elenco de conceitos como o de *paradigma*, *falsificacionismo* e *programa de pesquisa científico* que foram determinantes para a formação das compreensões alternativas

a respeito do modo como os eixos de investigação se constituem e avançam, resolvendo os eventuais impasses que ocorrem neste ambiente e formando a fronteira de conhecimento nos diversos campos de pesquisa.

Da segunda metade do século XVIII até os dias atuais se verifica que existem diversas propostas analíticas econômicas que se apresentam as já existentes sem extingui-las, mesmo quando passam a ser dominantes. Várias das teorias que tomam corpo se colocam no plano do discurso como prosseguindo os arcabouços anteriores, quando de fato operam com referenciais metodológicos acentuadamente distintos. Não obstante, a pesar do predomínio patente de alguns encaminhamentos analíticos sobre os outros, a história do pensamento econômico tem mostrado que as regras de decisão sobre o que é melhor não se constituem em elementos consensuais a ponto de extinguir a operação teórico-analítica de uma vastidão. Assim, existem após a existência dos fisiocratas, clássicos e marxistas, existem os neo-ricardianos, neoclássicos, novo clássicos, keynesianos, neokeynesianos, pós-keynesianos, marxistas, regulacionistas, institucionalistas, neo-institucionalistas e outros que se colocam em diversos pontos do globo, cadeiras e disciplinas em universidades.

Neste trabalho se pretende menos explicar as razões desta diversidade e, mais, tratar da abordagem metodológica capaz de abarcá-los. A dimensão central a ser abordada é a de identificar onde as vertentes centrais de reflexão sobre o trabalho científico são insuficientes para explicar a coexistência de múltiplas vertentes ou paradigmas. Para estes fins, as seções que se seguem, desenvolvem o argumento exposto no parágrafo inicial desta introdução explicitando o porquê este escrito entende que estas vertentes metodológicas não explicam a multiplicidade e duração de programas concorrentes em economia e, a partir deste ponto, esboça uma abordagem alternativa a estes trabalhos.

Através dos conceitos de *múltiplos atratores e identidade campo*, este artigo propõe uma visão alternativa sobre a constituição de objetos de investigação e unicidade no trabalho científico, oferecendo razões pelas quais o trabalho científico não progride linearmente e em uma única direção. Uma abordagem sobre a natureza do ordenamento de intencionalidades e sua forma de expressão em ciências sociais é utilizada para apontar os motivos que dificultam a unificação e identidade continuada de arcabouços neste campo do conhecimento.

Como estes conceitos são de desenvolvimento pouco conhecido, vale defini-los previamente, sobretudo no contraste com os conceitos sedimentados ao longo dos últimos oitenta anos da trajetória contemporânea dos estudos metodológicos. Desta forma, as questões centrais e uma síntese das respostas dadas é apresentada na seção que se segue. Este fato que deve ser qualificado por duas observações: primeiro, espera-se ganhar em objetividade aquilo que se perde em erudição, tornando menos difusas a apresentação e razões dos argumentos que se sucedem, segundo, estes conceitos são expandidos pelo posicionamento de contraste utilizado a partir da seção seguinte. Na segunda seção, é apresentado um conjunto de conceitos que permitem ampliar as perspectivas propostas por Kuhn e Lakatos e re-qualificar alguns entendimentos referentes ao processo de avanço e resolução de controvérsias nas ciências sociais em particular.

2 – Os Múltiplos Atratores do Avanço Científico

O esforço de trabalho envolvido na pesquisa científica é uma resposta a um elenco de motivações de diversas naturezas. Estas motivações envolvem o anseio pessoal ou coletivo referentes à resolução de um problema posto em termos práticos ou teóricos, a expectativa da aplicação de um conhecimento estabelecido ou a ser provado ou ainda a ser criado; o prestígio individual ou institucional advindo deste fato, a possibilidade de influência social; o deleitamento estético, a sensação de harmonia espiritual ou de reforço da identidade resultantes da pesquisa; aceitação de grupo, a satisfação pelo cumprimento de algo com um valor moral de importância íntima ou social.

Para cada um destes aspectos, a resolução ou o envolvimento no trabalho podem propiciar diversas motivações ou subconjuntos de motivação. Quando se pensa na elaboração de uma vacina que cure uma epidemia pode-se se imaginar que o(s) agente(s) envolvido(s) no processo de sua descoberta estão motivados por uma satisfação tanto de natureza moral, por contribuir para a cura de seus conterrâneos, quanto espiritual, por ajudar um irmão em Cristo a viver melhor nesta Terra. Este fato não o(s) impediria(m) de estar(em) atendendo, simultaneamente, a motivação que diz respeito à aceitação no grupo de pesquisas epidemiológicas. O fundamental a registrar é que *o trabalho científico pode se dar por uma diversidade de motivações que não são necessariamente mutuamente excludentes.*

Estas motivações não se resumem aos componentes lógicos incompletos de uma teoria, aos problemas declarados como não resolvidos por uma escola de investigação ou pelos manuais de ensino de um campo de conhecimento. Acreditar que uma pesquisa atende às demandas exclusivas da lógica científica implica em acreditar que quem investiga atende a um algoritmo unidirecional dado por uma linha de investigação - que apenas não se tem um trajeto de resolução mapeado por não se saber a seqüência em que o conjunto de informações relevantes se apresentará ao cientista-investigador, não podendo, sem isto, prever como e quando ele alcançará a solução de um problema. A história da evolução do pensamento científico é por muitas vezes contada como se o conhecimento de um fato, isto é, a apresentação de um conjunto de informação a um agente da ciência, implicasse em uma e somente uma conclusão verdadeiramente possível. Supor que isto seja verdade implica na aceitação de uma visão desumana do processo de acumulação do conhecimento onde os cientistas seriam robôs com comportamentos pré-programados ou deuses com informação incompleta. Dos seres humanos intimamente envolvidos com os processos científicos estariam retirados os atributos da imaginação, da criatividade, das pressões pela sobrevivência, da busca por prestígio, o que não seria plausível. Seria uma visão de ciência que desumaniza o ser humano, por isto mesmo irrealista.

Em resumo, diversos são os caminhos que a pesquisa científica pode tomar, dado um conjunto de informações, e múltiplas são as motivações lógicas e extra-lógicas para as quais o esforço científico se direciona. Denomina-se aqui de *componentes internos* de direcionamento da pesquisa científica o elenco de questões e desafios postos a partir dos resultados obtidos pelos corpos teóricos constituídos. A todas as outras razões para as quais o trabalho científico se realiza, constituem nos *componentes externos* aos corpos teóricos e se constituem em razões que podem ser mais ou menos primordiais para os agentes do trabalho

científico segundo o contexto em que estejam inseridos. Em conjugação, estes componentes formam os *múltiplos atratores* do conhecimento científico tanto como elementos explícitos de direcionamento das vertentes científicas, quanto dos elementos motivadores para os grupos ou pesquisadores envolvidos.

A seleção de técnicas e métodos a serem utilizados depende destes múltiplos atratores ordenados em graus de primazia, dada explícita ou tacitamente. A difusão destes métodos ou técnicas e a constituição de um corpo de trabalho dependem da permanência e identificação social de uma hierarquia de importância entre estes múltiplos atratores. Esta hierarquia deve atravessar vários processos de trabalho que se concluem ou tentativas de respostas aos problemas expostos para que se constitua uma *identidade de campo* responsável pela perpetuação de uma carga semântica dos conceitos utilizados – a constituição de uma linguagem – e o estabelecimento de um valor a ser dado ao exercício do método (ou de um determinado processo de trabalho) voltado para o fim ao qual este processo de trabalho se propõe. O reconhecimento interno e social continuados destes fatores se constitui na institucionalização da identidade de um campo de conhecimento.

A existência de um ordenamento dos múltiplos atratores e o conjunto de métodos e técnicas que formam a identidade de um campo do conhecimento são responsáveis pela *organização do saber existente* e lhe dão um sentido próprio. A permanência deste sentido passa pela identificação recorrente dos conceitos utilizados para resolver problemas passados e presentes dentro de um grupo de trabalho ou vertente teórica. Ao longo do tempo, cria-se uma narrativa sobre os desafios enfrentados, os modos de operar que foram postos à prova, os que continuaram e os que não apresentaram funcionalidade diante dos objetivos. Neste contexto, as memórias das reações de aprovação de pesquisadores-chefe, professores, instituições, isto é, *o processo científico torna-se naturalmente auto referenciado* e a permanência de sua identidade e institucionalização depende do prosseguimento das narrativas: um campo de conhecimento precisa de um *enredo de si mesmo*.

Como em toda narrativa, a preponderância dos papéis desempenhados pelos partícipes depende da intenção do(s) autor(es), do fim a que se pretende dar ao que está sendo dito: as componentes têm funções mais ou menos preponderantes que se ordenam segundo a extensão em que se articulam com as demais componentes ou segundo os efeitos pretendidos com a constituição do enredo ou ato de comunicação. Desta forma, o desenvolvimento do conhecimento estabelece uma carga semântica aos conceitos que compõe um corpo teórico segundo um *plano de intencionalidades*.

A carga semântica de um corpo teórico só pode ser razoavelmente traduzida em termos de problemas e métodos para outros corpos que tenham características semelhantes como preocupações e modo de trabalho – de forma a terem passado por experiências-problemas semelhantes. A tradução de um corpo para outro sem estas similitudes se constituiu numa aproximação da forma ou uma semelhança estética, por vínculos sensoriais, mas não uma tradução de conteúdo. É por este motivo que a integração de vertentes de pesquisa, por vezes, só se desenvolve no plano analítico ou do discurso, e não nos fundamentos. Assim, é não é raro que no tratamento de um tema específico sejam encontrados conceitos de diversas origens, mas que, no entanto, não são postos sobre o crivo da

coerência funcional de um corpo interpretativo. Isto implica em convivência de inconsistências teóricas ou (de fundamento) insustentáveis ao exame minucioso ou longo do tempo de uma prática rigorosa de trabalho – aquela que advém do teste da lógica interna ou da verossimilhança dentro uma narrativa auto-referenciada da evolução de uma teoria.

Nas ciências sociais, em cada campo do conhecimento, há uma diversidade de matrizes de pensamento que não são redutíveis umas as outras por partirem de princípios e intenções absolutamente distintas. O resultado disto é que seus conceitos ganham cargas semânticas que não encontram correspondências em outras teorias do mesmo ramo de conhecimento. Estas incompatibilidades impedem que se constitua uma *fronteira do conhecimento* que sintetize o avanço existente em todas as matrizes.

Deve-se frisar que a existência freqüente desta maleabilidade incoerente de conceitos em ciências sociais esta vinculada com os componentes externos e com os planos de intencionalidade. Uma vez que a associação com fatos imediatos que podem direcionar esforços de pesquisa localizados, isto é, que não tem a pretensão inicial de generalização como a necessidade de resolver questões práticas discutidas com um público leigo, com ou sem representação política organizada, lidar com grupos ou chefes de repartições ou lideranças de instituições comerciais envolvidos com certo resultado, este direcionamento implica em aceitação e a reprodução de trabalhos que valorizam certos postulados de um corpo teórico de forma isolada, descasada de seu contexto que lhe dá um sentido consistente, onde esta presente a prova serena da coerência de corpo teórico.

Estes fatos são reforçados pela difusão de certos resultados por iniciativa de um agente de pesquisa ou trabalho científico que pretende a obtenção de recursos para fins muitas vezes legítimos e que precisam ser entendidos por um público mais amplo para continuarem existindo. Esta iniciativa envolve numa conformação inicial do significado da investigação pretendida, realizada ou em andamento com as possibilidades médias de compreensão da população que pode influenciar sua continuidade. Esta vulgarização pode se dar ainda por iniciativas de produção de conhecimento bastante sensíveis a interlocução com universitários que não estão envolvidos com a cultura de pesquisa científica propriamente dita, como os *Colleges* ou instituições de certificação superior não-universitárias e que demandam um leque de produtos compatíveis com suas intenções e disponibilidades para aprendizagem e formação. Estes grupos são cada vez maiores em todo o mundo. A influência que a mídia pode ter sobre as políticas públicas, a necessidade de obtenção de recursos, a dotação de visibilidade ou prestígio são motivos que reforçam os laços de interlocução com graduados que trabalham para instituições – como a mídia falada, escrita ou áudio-visual - onde a síntese da informação pode implicar em grandes perdas de conteúdo, mas que são perdas reproduzidas para que os fins sejam alcançados.

Estes mesmos fatos externos frequentemente formam engrenagens que viabilizam ou produzem restrições aos pesquisadores sociais que por isto, como mecanismo de proteção e sobrevivência ou ainda como forma de ampliar o leque de influência de seus resultados tornam a visibilidade de suas intenções difusas, subsumidas, de difícil identificação. É este o caso relevante de ideologias que se posicionam firmemente como conhecimento científico e tem um alcance muito mais amplo que as particularidades apresentadas nos dois parágrafos anteriores.

Os fins ideológicos se colocam como componentes pré-conceituais e moldam a forma de articular conceitos e resultados de um modo nem sempre identificável no produto final dos trabalhos, nas equações que sintetizam as relações fundamentais ou mesmo em muitos espaços de discussão.

O resultado disto é uma série de trabalhos que são elaborados para realizar fins (externos) que não os declarados nos produtos que geram ou nos ambientes que se colocam sobre as atenções daqueles que não o produziram. Quanto maior a soma de todos estes efeitos mencionados, maior a inércia para reagir aos fatos que não se mostram coerentes com as proposições da teoria que se volta para a interpretação de um dado conjunto de fatos. Os trabalhos em ciências sociais estão mais afeitos a esta situação que os originários das ciências da natureza.

Para além dos contornos de consistência lógica de uma linguagem teórica abordada e a resolução de um espaço de problemas a que esta responde, existe uma série de fatores que direcionam ou fazem da pesquisa científica progredir. Estes podem ser enumerados por ordem de

A. A adição de hipóteses de trabalho a um conjunto de hipóteses existente ou substituição de um uma sentença a ser verificada por outra, mantendo o mesmo conjunto de hipóteses ou relações conceituais anteriores de modo que a teoria não se altere significativamente, mantendo a hierarquia conceitual que a compõe. Este é o caso em que avanço de um corpo teórico pode se dar de forma mais contínua, sem saltos notáveis na qualidade com que uma teoria se desenvolve.

B. A existência de imaginação inovadora que re-compreende um espaço de problemas ou atividade advinda de um agente inserido no ambiente em que a teoria se formou ou o advento de uma nova visão de mundo, formada fora do espaço de discussão em que se formou um dado corpo teórico. Ambos reformam os conjuntos de conceitos envolvidos mudando sua hierarquia nos arcabouços que se propõe a explicar os eventos ou processos testemunhados.

C. A transposição de algoritmos de solução, por mimese ou analogia, originários de campos correlatos ou longínquos de onde são normalmente, mas não necessariamente, tidos como bem sucedido.

D. O forte desconforto com os resultados obtidos por um campo do conhecimento que seja de caráter estético, ético, religioso, de identidade-reconhecimento ou de qualquer outro juízo de valor, tanto por parte da sociedade quanto por parte de um agente relevante de uma pesquisa em questão. Neste caso, se incluem os desconforto ideológico que implicariam em resultados ou relações sociais tidas como não bem-vindas às práticas e crenças sociais. Quanto mais forte estes desconfortos, maior é o impacto potencial sobre a sistematização de conceitos.

E. Insatisfação com efeitos sociais objetivos, imediatos ou permanentes, das ações baseadas tanto nos postulados de uma teoria quanto nos procedimentos associados a um método próprio.

Um corpo teórico ou, de forma menos particular, um campo de conhecimento pode evoluir sucessivamente como resposta a *um* aspecto de *um* destes elencos de fatos dispostos como pode progredir numa seqüência de razões

distintas, numa periodicidade que pode ser mais longa ou mais curta. Estas possibilidades implicam em maior ou menor mudança de ordenamento ou inovação conceitual que podem estar mais ou menos atrelados com alterações num método de pesquisa que repercute mais ou menos intensamente na organização do trabalho técnico-científico da qual estão envolvidos diversos contingentes de pessoas e instituições.

Em conjunto, esta seqüência de argumentos permite entender que o *trabalho científico não se move linearmente*, antes tem seu eixo de progressão mais ou menos “rotacionado” segundo a intensidade em que as respostas são dadas a um plano de intencionalidades. O avanço da ciência não se assenta sobre uma estrada contínua, antes *se move numa rede de motivações e direcionamentos interdependentes e de diferentes naturezas* que se reforçam ou se estiram por pontos de interseção comuns a diversos interesses e que, segundo estes interesses, se colocam como mais ou menos relevantes.

Relevância, simultaneidade e substituição são idéias associadas a imagem da rede. A noção de rede leva a idéia do que se quer apreender e o que passa, o que importa e o que se deixa esvaír por entre as tramas da rede. Nada impede que diversas redes sejam arremessadas, simultaneamente, na intenção de se deter um mesmo objeto ou objetos similares. De tempos em tempos, o agente relevante que lança a rede é substituído. De tempos em tempos, redes diferentes são lançadas para se deter um determinado objeto. De tempos em tempos, os objetos a serem apreendidos são outros ou são múltiplos.

3 - A rede mutante e um breve diálogo com o debate de metodologia do século vinte.

Uma vez constituída a rede de percepções sobre as características da evolução da pesquisa científica pode-se lançá-la para um diálogo com um conjunto de aspectos abordados nos trabalhos relevantes sobre a natureza do trabalho científico, desenvolvidos ao longo do século XX, especialmente os trabalhos de Popper, Kuhn e Lakatos.

Sob a luz do que foi exposto na seção anterior, a observação mais geral é a existência de um *congelamento semântico* a que estão expostos os conceitos científicos em grande parte dos trabalhos sobre metodologia em pesquisa científica desenvolvidos no século XX: o debate se dá pressupondo que o sentido do trabalho científico é único, que o significado dos conceitos são permanentes e unívocos, que enfim ao estar em questão a natureza do objeto, a linguagem em si não é problematizada no trajeto evolutivo de um campo de conhecimento. Este fato implica numa compreensão da teoria como engrenagem cuja articulação dos conceitos forma um mecanismo que, posto em movimento, gera resultados - corroborados ou não pelos dados empíricos ou simulatórios. Desconsidera-se o caráter lingüístico de uma teoria que forma uma cadeia de símbolos que produz, simultaneamente, um significado a si mesma e ao seu objeto. Tão mais grave é esta postura quanto mais se trata de objetos sociais cuja compreensão é diferente segundo os contextos em que estão inseridos, no espaço e no tempo.

A postulação do falsificacionismo popperiano seria pertinente se as visões sobre um determinado problema não fossem múltiplas e se as linhas sucessivas de trabalho não fossem sensíveis a distintos eixos de interesse. Do exposto na seção

anterior, está claro que o arcabouço que não compartilha da visão contínua do progresso da ciência, proposto por Karl Popper. Trata-se de uma perspectiva que compreende o avanço científico como uma combinação de continuidades e saltos, como os entende Thomas Kuhn e Gaston Bachelard, mas as semelhanças terminam aí: os motivos pelos quais se compreendem estas descontinuidades são distintos. O diálogo com as matrizes metodológicas do século XX serve, simultaneamente, para ampliar a compreensão do *modus operandi* da Rede Mutante no que diz respeito ao avanço científico e para re-qualificar (ou explicitar hipóteses) semelhanças e proposições das vertentes que se estabeleceram nos últimos 80 anos.

Assim como Popper, autores relevantes do pensamento metodológico do século XX propuseram uma ruptura com o empirismo e o senso comum. Entre estes autores está Gaston Bachelard que afirma:

“Entre o conhecimento comum e o conhecimento científico a ruptura nos parece tão nítida que estes dois tipos de conhecimento não poderiam ter a mesma filosofia. O empirismo é a filosofia que convém ao conhecimento comum. O empirismo encontra aí sua raiz, suas provas, seu desenvolvimento. Ao contrário, o conhecimento científico é solidário com o racionalismo e, quer se queira ou não, o racionalismo está ligado à ciência, o racionalismo reclama fins científicos. Pela atividade científica, o racionalismo conhece uma atividade dialética que prescreve uma extensão constante dos métodos” (BACHELARD, 1972, p. 45).

Dentro do racionalismo que envolve a atividade científica, qualitativamente distinta do senso comum, Bachelard, coloca a relevância do que chama de *obstáculos epistemológicos*, afirmando que neles se pode identificar as possibilidades do avanço científico. Não obstante, associa o autor este obstáculo à natureza psicológica do pesquisador, mas uma psique da qual se enfatiza a preocupação com um determinado status do problema a ser investigado. Não explora Bachelard, no que chama de *psicanálise do conhecimento científico*, as possibilidades de redefinição e multi-reação das psiques a um determinado problema, o que poderia levá-lo a reconhecer a possibilidade de diferentes trajetórias de evolução do pensamento científico.

Esta questão, ou a ausência dela, se desenvolve de forma no trabalho de outro relevante metodólogo do século XX, Thomaz Kuhn. Para Kuhn, o momento de crise que advém ao período da ciência normal, após um conjunto de anomalias não respondidas por uma paradigma vigente, é sucedido por um paradigma que incorpora uma explicação para os fatos não explicados pela teoria anterior que se soma ao universo já compreendido pela visão de mundo vigente até então.

No entanto, apesar de contemplar *o salto*, a descontinuidade entre um paradigma que se impõe e a visão anterior, a noção kuhniana de avanço científico se coloca em monobloco: se coloca *uma* forma dominante de articular conceitos, determinar um objeto (como) científico e legitimar um *modus operandi* de resolução de problemas. Desta forma, esta visão metodológica não contempla a possibilidade de existirem visões teóricas distintas que coexistam por períodos prolongados que se legitimem, ao menos, nos campos circunscritos de um problema científico espaços de debates, quando não se dão em espectros amplos de campos sociais ou de disciplinas se colocam mesmo como fundamentos

distintos dos campos científicos. Para isto a histórica da ciência está repleta de exemplos: a relatividade clássica e a incerteza da teoria quântica; o funcionalismo, o marxismo e o weberianismo, os eixos ecológicos ou moleculares da biologia entre outros.

4. Rotações do pensamento econômico e as predominâncias dos fundamentos metodológicos.

Nesta seção, são explorados a questão das multiplicidades de longos períodos a partir de um projeto inicial marcado pelos fisiocratas. Um argumento inicial que se procura estabelecer conjuga a existência de uma revolução conjugada com a multiplicidade. Como esta multiplicidade se amplia nos dois últimos terços do século XX, após o trabalho de Keynes e Hicks, usou-se a exemplificação de alguma linhas de pensamento, para um uso adequado do espaço referente a um artigo, dando maior ênfase às diferenças entre fisiocratas e clássicos, por um lado, e marginalistas, por outro – o que se torna suficiente para que se marque os argumentos.

4.1 Dos Fisiocratas aos Clássicos: o predomínio progressivo do conflito sobre a harmonia

Entre a segunda metade do século XVIII e durante o século XIX, constituiu-se um projeto de formação do pensamento econômico que sofreria mudanças profundas antes do século XX, mudanças estas que serão abordadas na seção que se segue e esta. Este projeto une os trabalhos dos Fisiocratas franceses e da economia política produzida por autores do Reino Unido. As características gerais destes trabalhos serão expostas nesta seção para que se possa identificar quais são as possibilidades de investigação que se constituiriam em continuidade deste projeto, quais as anomalias que surgiram neste trajeto e como a sucessão de trabalhos na transição para o século XX produzem escritos que rompem com uma série de componentes conceituais e objetivos, a despeito de se colocarem, inicialmente, como ampliadores da abrangência do projeto clássico. O objetivo desta caracterização é o de apontar para as insuficiências tanto da metodologia da pesquisa científica de Karl Popper quanto o trabalho de Thomas Kuhn têm de apreender este “avanço” da ciência econômica entre os séculos XVIII, XIX e XX.

Diversos aspectos unem as perspectivas dos Fisiocratas com a economia política clássica. Grande parte destes aspectos comuns são os mais fortemente contrastados pela chamada revolução marginalista e por este motivo são aqui destacados de forma sintética.

Fisiocratas e clássicos têm em comum uma visão dos processos econômicos que envolve:

- A. Uma teoria do valor oriunda da esfera da produção,
- B. Calcada em fatores objetivos;
- C. Uma teoria da distribuição que tem as classes sociais como referência;
- D. A compreensão de uma estruturação social que antecede ao momento de geração do valor;

E. Uma perspectiva teórica que une a compreensão das características do período de produção às noções de excedente econômico e a de necessidades de reprodução;

F. O conceito de nação como referência-chave para a elaboração sobre um sistema econômico;

G. Uma visão naturalista das relações econômicas e

H. A argumentação de que o processo de prosperidade é essencialmente harmonioso ao beneficiar as diferentes classes sociais.

Os Fisiocratas identificam a especificidade do fator terra de propiciar fertilidade e, portanto, ser responsável pelo o que é colocado de novo no sistema econômico a cada período. Esta especificidade esta atrelada a identificação atividade que se associa diretamente a terra, a agricultura, como aquela responsável pela a geração de valor econômico. É da produção agrícola que propicia os insumos e bens que são destinados aos demais setores da economia e ao consumo final, como um “fluxo circular”, que concomitantemente, distribui parcelas do valor total da produção nacional entre as distintas classes sociais. (QUESNAY)

Deve-se notar que a noção de *fluxo circular* ao denotar uma referência ao fluxo sanguíneo, se constitui num conceito que denota uma referência às ciências naturais e, mais particularmente, as ciências biológicas, bem como a expressão que designa este pensadores: Fisiocratas. Estes fatos por si sós implicam em um conjunto de pré-concepções que formam uma visão de mundo que abarca a economia como uma série de processos que se dão sob as leis da natureza: quanto mais de acordo com estas leis, melhor é o funcionamento do sistema econômico como um todo

No entanto, a noção de fluxo circular se associa a um outro aspecto, caro ao desenvolvimento do pensamento econômico e importante para os fins deste trabalho. Schumpeter(1954), em seu *História da Análise Econômica*, argumenta que os Fisiocratas são os responsáveis pelo grande salto do pensamento econômico ao teorizarem sobre a necessidade e a simultaneidade dos processos de consumo e reprodução, em cada período de produção. Este fato denota a compreensão dos processos de retro-alimentação necessários à acumulação do capital, ou a Riqueza das Nações, como queria Smith, ou ainda ao crescimento econômico, termo utilizado nos modelos do século XX.

O projeto de investigação da economia clássica assimila integralmente as oito características enumeradas ao início desta seção, quando observada a luz de seus três expoentes centrais, Smith, Ricardo e Mill ao longo de mais de mais de um século de elaboração. O aspecto mais relevante que difere os clássicos é a origem do valor econômico que passa a identificar-se com a transformação dos insumos ofertados pela atividade primária – criação, cultivo e extração - que ocorre na produção fabril.

À medida que a divisão do trabalho se amplia em sociedades mercantis e cresce a importância das atividades fabris, surgem versões de uma teoria do valor identificada com esta etapa do processo econômico. O plano de intencionalidades da economia clássica é o de representar o processo de acumulação de capital

como o promotor central de riquezas para as nações por meio de uma teoria objetiva de valor diante de uma estrutura econômica e social determinada que define atores coletivos, as classes sociais, como seus agentes principais. O atrator externo ou a componente extra-lógica deste projeto está na noção de harmonia que deve se associar ao progresso econômico. Este componente externo de interesse social e de motivação pessoal a estes autores impôs dois grandes desafios a serem respondidos pelos corpos teóricos dos economistas clássicos:

I. Mostrar que a economia propicia uma produção cuja distribuição dos valores que ela enseja entre as classes sociais é justa – e que, portanto, a ordem que se associa a esta estrutura de classes deve ser aceita;

II. Por meio da engrenagem argumentativa da economia política clássica, convencer que o sistema econômico voltado para o consumo e centrado em atividades que geram valor econômico e na propriedade privada - que se generalizava no mundo ocidental - é simultaneamente estável e duradouro.

A consequência direta para destes dois desafios foi a busca de um critério de justiça distributiva e o empenho em mostrar a funcionalidade que as instituições da propriedade privada e o mercado propiciam à geração de riquezas de uma economia nacional e na divisão internacional do trabalho. Para estes fins, contribuiu muito tanto a ordem das classes sociais e quanto a dinâmica das trocas de mercado serem expostas como representação de um funcionamento de leis naturais.

Esta engrenagem teórica forma o *campo de identidade da economia clássica* que incorporou diferentes concepções voltadas para identificar as origens e natureza do processo gerador do valor econômico, todos dentro do arcabouço com as naturezas descritas nesta seção. Uma diversidade de autores relevantes, mas menos preponderantes, como Sênior, James Mill ou Malthus, elaboraram trabalhos que se diferenciam em diversos aspectos dos trabalhos de Smith, Ricardo e Stuart Mill – que por sua vez, expressaram diferenças entre si – mas preservaram em meio as discussões as características gerais denominada por economia política clássica. Esta preservação de um arcabouço geral foi responsável por uma trajetória de auto-referências duradoura, que durou mais de um século quando se leva em consideração o trabalho mais notório de Smith e a contribuição de J.S. Mill no final do século XIX, algo inédito e singular na história do pensamento econômico.

Estas características nítidas contribuem para que se possa delinear os limites da abordagem clássica. Do ponto de vista interno desta visão da economia, a identificação de injustiças distributivas – segundo os critérios estabelecidos – ou de instabilidades econômicas, desde que circunstanciais, exigiriam hipóteses auxiliares, no sentido dado por Lakatos(), para que a proposta central (ou *núcleo duro*) se preserve-se. A existência da estagnação econômica ou as insuficiências dos mecanismos de auto-ajuste do mercado, numa economia como a descrita, implicaria na existência de anomalias, nos termos de Kuhn, ou elementos de falsificação das conjecturas propostas pelos clássicos, se é adotada a lógica da pesquisa científica de Popper para acompanhar o avanço científico.

Por outro lado, uma perspectiva que não partisse de uma pré-concepção naturalista dos processos econômicos, ou que fosse centrada em uma configuração não objetiva do valor econômico, seria um corpo estranho a esta visão de mundo.

No que diz respeito a era de constituição da economia como campo destacado do conhecimento social, o final do século XVIII e o início do século XIX, vale a pena registrar que não ocorre uma transmutação significativa do sentido semântico dos conceitos centrais. Diferente daquilo que ocorreu no final do século XIX para o século XX, os principais autores deste trajeto, discordaram entre si em diversos pontos, acrescentam conceitos ou expressamente apontam suas diferenças para com os demais autores sem que os sentidos dos termos expostos por seus interlocutores sofressem substanciais transfigurações, descon siderações ou esquecimentos.

Para que a semântica conceitual fosse preservada durante o debate deste período a figura de Adam Smith cumpriu um papel importante. Smith viveu na mesma época que os fisiocratas. Conheceu e debateu com vários deles pessoalmente durante a segunda metade do século XVIII. Deles apreendeu o conceito de excedente de produção e compreendeu as necessidades que o sistema econômico tem para se reproduzir ou, visto de outra forma, denotou compreender o caráter simultâneo dos processos de produção, reprodução e consumo. Dos fisiocratas também herdou Smith uma visão da distribuição do produto entre classes sociais e a compreensão de que o valor é gerado na esfera da produção, característica comum a toda a economia política clássica.

Tanto na filosofia de Hegel – que vive a transição dos séculos XVIII e XIX – quanto entre os maiores economistas do século XX, David Ricardo e Karl Marx, o sentido dos conceitos presentes nos escritos de Smith é estendido ou contrastado, mas não transfigurado, fato que contribui para a pujança e a riqueza do debate à época. Neste período, o conhecimento econômico não avança sem desconhecer o que foi feito anteriormente, por isso é um avanço que se dá sobre uma raiz historicamente firmada – e não por uma tradição criada pela conveniência retórica, não presente na semântica dos escritos originais.

Contudo, não se deve entender que não foi um período de re-interpretações, por um lado, e direcionamentos ideológicos, por outro. Ricardo, um liberal como Smith desloca a preocupação central da economia política clássica para o plano da distribuição e inaugura o uso de postulados irrealistas incorporados a raciocínios dedutivos em economia. Marx, um socialista, evolui de um plano de exclusão social centrada na propriedade privada (ou apropriação privada), marcado pelo conceito de expropriação, para o da desigualdade calcada na exploração do trabalho que tinha em vista a generalização dos processos de produção organizados em jornadas de trabalho, típicas das sociedades industriais. Ambos os autores, que se colocam, respectivamente, como sucessor ou opositor ideológicos, preservaram, contudo, as idéias de que o valor é oriundo da esfera da produção, que a acumulação do capital envolve tempos diferentes em processos heterogênicos de produção e reprodução e de que o produto gerado é distribuído entre classes. E fazem isto sem que as idéias de Smith sejam transfiguradas.

Em seu trabalho, “Smith, Ricardo e Marx”, Cláudio Napoleoni argumenta que o desenvolvimento da economia política clássica levou a dois caminhos irreconciliáveis. O primeiro seria o de Marx que usando de critérios objetivos para

a definição de valor, como era a tradição dos clássicos, avança a economia política “por superação”. O segundo caminho se encontra nos marginalistas que ao final do século XIX desenvolvem um projeto de compreensão dos eventos econômicos baseados no valor subjetivo. Este seria um desenvolvimento “por oposição”. Napoleoni (1978).

O problema do desenvolvimento por superação seria o de ter apontado para uma visão conflituosa da economia capitalista. O conceito de tempo de trabalho abstrato socialmente necessário, desenvolvido por Marx para fundar sua teoria do valor, leva a idéia de trabalho não pago e exploração que podem ser intensificados com o aumento da jornada de trabalho ou por meio de um aumento da intensidade de esforço ou das forças produtivas, gerando um valor maior relativamente a um dado tempo de trabalho, marcado no conceito de “Mais-Valia Relativa”. O conflito é inelutável: quanto mais intenso a expansão capitalista, maior a exploração. Este seria um aspecto estrutural do capitalismo, marcado sobre a expressão “contradição”, ou seja, aquilo sem a qual o sistema não existe e não se move e cuja a remoção remeteria à um outro sistema com outra lógica.

Pode-se acrescentar aos argumentos de Napoleoni(1978) que a própria economia política clássica, ainda antes de Marx, teria aberta a possibilidade de uma existência não harmônica das classes sociais quando, na terceira e última versão dos Princípios, Ricardo escreve o capítulo 31 intitulado “Sobre a Maquinaria”. Até então Ricardo havia concordado com Smith a cerca do processo de harmonização dos interesses individuais propiciado pela existência das trocas realizadas no âmbito do mercado. Contudo, a introdução deste capítulo na última versão do livro levou a um descolamento entre o crescimento do produto líquido e o crescimento do produto bruto o que levava à possibilidade da classe trabalhadora a entrar em conflito com capitalistas: a introdução de maquinaria poderia aumentar a produtividade do trabalho fazendo que um maior produto líquido fosse obtido com um número menor de trabalhadores. Para Ricardo, a riqueza das nações dependia menos do produto bruto, como pensava Smith, e mais do produto líquido (conceito presente no capítulo 26 dos “Princípios”) que propiciava o excedente associado à acumulação de capital - o conceito de investimento só viria muitos anos depois: o capitalismo poderia se expandir gerando uma “população redundante”, isto é, não ocupada, e por isso em conflito crescente com sua própria expansão.

Quer seja pelo processo lógico dedutivo ricardiano, quer seja pelo método genético ou histórico-dialético marxista, a economia política que chega ao século XIX apontou para o conflito, para o desenvolvimento não harmonioso das sociedades capitalistas e a tensões permanentes entre trabalhadores e capitalistas, tanto na abordagem de socialistas quanto de liberais, como é o caso de Ricardo. A ideologia do desenvolvimento harmônico e da justiça distributiva deveria ser recomposta e o desenvolvimento de teorias de acumulação baseadas no valor objetivo não se mostraram aptas á esta tarefa. Abre-se espaço para um conceito ainda não levado à um arcabouço melhor acabado: o conceito de valor subjetivo que é incorporado em vertentes do projeto marginalista no final do século XIX e início do século XX. O desenvolvimento por oposição, citado, mas não trabalhado por Napoleoni na introdução à coletânea que foi mencionada.

Sem pretender esgotar a abordagem trajetória de fundação do marginalismo e os contrastes sofridos com e pelo keynesianismo, a seção que se

segue marca algumas características essenciais para se estabelecer o contraste pretendido neste artigo.

5. A Proposta Marginalista

Uma das imagens mais representativas do plano de intenções do marginalismo que se forma no fim do século XIX é a alusão à tesoura feita por Marshall. Diante da afirmação de que a economia clássica enfatizou os aspectos da oferta para denotar o processo de acumulação de capital de longo prazo, Marshall coloca a necessidade de se especificar os determinantes da procura para que a situação de equilíbrio seja identificada. Desta forma, oferta e procura se colocariam como *uma tesoura*, cujo “corte” - representando as caracterizações simultâneas da oferta e da procura – determinaria a situação de equilíbrio econômico. Posto nestes termos, o que adviria das contribuições originais dos clássicos seria um projeto que abarcaria a contribuição dos clássicos e ampliaria seu alcance e o poder de especificação das “condições econômicas atuantes” – discurso de vários economistas no século XX, sobretudo os profissionais de ensino quando pretendiam explicar a evolução do pensamento econômico.

Nesta seção, de forma breve, pretende-se argumentar que este caráter de continuidade é apenas aparente: para além da ampliação de escopo aquilo que mais tarde foi designado como revolução marginalista implicou numa profunda mudança nos fundamentos teóricos e nas características de trabalho de investigação que se sucede a sua constituição inicial.

Embora os manuais de economia, sobretudo os de macroeconomia que adviriam a partir da vulgarização nos EUA promovida por Hansey(1952) e os trabalhos de economia aplicada continuassem por muito tempo tendo como referência as economias nacionais, o que se gesta são entidades abstratas de equilíbrio simultâneo como referência de pesquisa a partir do trabalho de Walras (1983).

A revolução marginalista resultou num programa de pesquisa centrado numa ótica subjetiva do valor econômico calcado em algoritmos de preferências inicialmente de caráter aditivo e cardinal e depois de caráter ordinal. A entidade associada a esta especificação de algoritmos é então chamada de “indivíduo”. Com razão, esta perspectiva de decisões é chamada de “economia-robô” (Blaug, 1992) ou *agentes autômatos* uma vez que - dado um conjunto de informações que envolvem a definição da curva representativa das preferências deste agente, sua função objetivo e a restrição orçamentária - não há grau de liberdade para aqui que redundará na decisão dos agentes estilizados. O indivíduo revela sua racionalidade por meio de uma opção que maximiza sua satisfação a partir. Para destacar as diferenças para com a economia política clássica, vale a pena enumerar os seguintes aspectos:

- A. A economia é movida pelas ações de indivíduos e não pelos agentes coletivos expressos nos conceitos de classes sociais dos clássicos;
- B. Se enfatiza o valor subjetivo a partir da curvas de indiferenças ou de preferências, ao contrário das noções de trabalho comandado ou valor-trabalho que vigiam durante o período clássico;
- C. O ambiente a ser problematizado não é mais o das economias nacionais. As entidades matemáticas decorrentes dos sistemas de equações se colocam como o cenário de onde se investigam ações hipotéticas de modificação nos parâmetros

das funções objetivas ou das restrições numa gama de exercícios que raramente foge dos procedimentos de estática comparativa;

- D. Os artefatos das matrizes requerem que valor e distribuição de rendimentos sejam determinados ao mesmo tempo: não há uma estrutura social pré-determinando a repartição das rendas e que se coloque como um antecedente de um período de produção, como há no caso clássico;
- E. Como seria difícil crer que as preferências dos indivíduos e os parâmetros do sistema económico se mantenham inalterados por muito tempo, os arcabouços que surgiram voltaram-se para análises de curto prazo. Este fato é reforçado pelas características matemáticas envolvidas: a modificação concomitante de diversos parâmetros pode gerar interações de difícil controle ou compreensão, inclusive resultados não lineares com os quais a existência e determinação do estado de equilíbrio estariam comprometidas. Sobretudo na Inglaterra, desde o final do século XIX, e nos compêndios de economia, ao longo de todo o século XX, estas restrições fizeram com que os procedimentos de *ceteris paribus* se proliferassem como artifício analítico ou didático – fato legitimado quer pelas intenções práticas, quer pela justificativa kantiana de o raciocínio exigir que alguns componentes sejam tomados como dados ou ainda pelas necessidades da propedêutica do ensino dos fatos fenômenos económicos;
- F. As variações infinitesimais, pequenas ou “marginais” (no sentido de “à margem de”, “próximo à”) – da qual deriva a expressão marginalismo estão associadas a estes condicionantes funcionais e algébricos.
- G. Do conjunto destes motivos e características reportadas em (C), (D), (E) e (F), também decorrem a expansão dos procedimentos de derivadas parciais de primeira ordem e a assimilação dos conceitos de produtividades marginais, bem como os rendimentos e custos marginais.

Estes conceitos são ainda hoje os dominantes no ensino de economia, inclusive nas melhores escolas do mundo. Vale ressaltar que a economia retratada por Keynes - que recorrentemente é retratado como um paradigma alternativo e não uma ramificação - não rompeu com a idéia de produtividade marginal do capital ou do trabalho, além de ter aceito a representação de equações simultâneas proposta por Hicks Jr(1937) .

Mesmo que a revolução marginalista tenha pretendido manter uma visão onde as relações económicas são estabelecidas por leis naturais (ou ao menos análogas a estas) e que a noção de justiça distributiva tenha algum valor importante como um condicionante externo que condiciona a modelagem económica, seria por demais pensar os marginalistas como prosseguidores do projeto de representação da economia proposto pelos economistas clássicos. Destes diversos planos de descontinuidade surgem os problemas de **tradutibilidade** reportados por Arida (1996) como fator capital e fator trabalho, os marginalistas designam entidades homogêneas que se diferenciam das noções de forças produtivas dos clássicos que representam conjuntos heterogêneos, sobretudo quando vistas do ponto de vista agregado. A acumulação do capital toma um outro sentido com as noções de curva de transformação e as funções de produção entre muitos outros aspectos que são enfocados de forma distinta àquela elaborada pelos clássicos.

O arcabouço é modificado não pelo problema teórico da estagnação ou um outro fator que se considerasse uma anomalia kuhniiana e nem pela não corroboração dos

dados econômicos empíricos, como pretenderia Popper, já que ainda não existia as contas nacionais ou fontes de dados macroeconômicos padronizados e com séries extensas e confiáveis - tal qual conhecemos a partir do século XX - de modo a permitir a seleção de teorias com melhores previsões. A revolução marginalista engendra um novo modo de operar teoricamente devido a incorporação de objetos matemáticos não utilizados pelos clássicos, por uma via alternativa de sustentar os princípios extra-lógicos da justiça distributiva, a harmonia e a ordem social que não passasse pelo plano político, algo por definição impossível para a *economia política* dos clássicos. Esta mudança de direção implicou na ênfase dada aos mecanismos de auto-ajuste do mercado que é retirado de uma análise que passa por sua inserção social para uma que enfatiza os efeitos diretos e indiretos decorrentes de na mudança de parâmetros das funções demanda e oferta, representadas num plano cartesiano como determinações independentes – requisito sem o qual a curva de demanda não poderia nem existir.

Se os marginalistas não são prosseguidores do arcabouço dos clássicos, os neoclássicos são efetivamente uma tentativa de tradução da macroeconomia em termos microeconômicos e da incorporação dos conceitos keynesianos de preferência pela liquidez, propensão a poupar e de demanda efetiva à conformação de um equilíbrio geral walrasiano.

6. Neoclássicos: os marginalista posteriores a Keynes.

A afirmação e a presença da teoria keynesiana durante o século XX implicou em transfigurações semânticas, retóricas e metodológicas a priori e a posteriori. Keynes criou uma tradição que denominou de “clássica” em torno de um debate que não era central durante o século XIX e uniu nestas vertentes – algo impensável aos grandes economistas do século XIX – a tradição marginalista e a tradição da economia política clássica, metodologicamente incompatíveis. Keynes reúne mundos tão diversos sobre o pretexto de que estes autores compreenderam o funcionamento da economia a partir da preponderância dos processos de oferta sobre a demanda na determinação do equilíbrio e dinâmica da economia. Desta forma, Ricardo no século XIX estaria dentro de uma mesma tradição o Sr. Pigou, eminente economista marginalista do século XX.

Uma re-apropriação semântica é feita quando da constituição da economia neoclássica. Vale a pena registrar que não se entende aqui os termos “neoclássicos” e “marginalistas” como a sinônimos, muito menos que tenham vertentes geradas numa mesma época. Os neoclássicos formam um subconjunto do marginalismo que tem como um dos fundamentos básicos a análise das variações infinitesimais e o conseqüente raciocínio de que a lógica dos valores relativos da produção estão associadas, por um lado, as produtividades marginais dos fatores de produção e, por outro, a escassez dos recursos existentes e disponíveis ao consumo humano.

Estas análises foram estabelecidas em processos de derivação parcial – implicando no *ceteris paribus* utilizado nas análises econômicas – próprios do que se entende por estática comparativa. Ao longo do tempo, se estendeu a versões dinâmicas de análise, muitas delas vistas como sucessões de processos curtos ou estáticos (que nunca chegaram a ser dominantes no ensino acadêmico de economia, tanto no final do século XX, como nos tempos atuais.

Os neoclássicos por sua vez, são os marginalistas que puderam testemunhar a revolução keynesiana da década de 30 e re-apropriaram os conceitos de Keynes como preferência pela liquidez e demanda, eficiência marginal do capital entre outros dentro de um projeto coerente com a racionalidade proposta aos agentes econômicos. Parte destes neoclássicos entenderam que a economia keynesiana era a economia do desequilíbrio. Outros autores entenderam que a economia keynesiana é a economia do equilíbrio fora do pleno emprego – o que seria incoerente com a perspectiva de existirem mercados microeconomicamente equilibrados, como propunha Alfred Marshall. De uma forma ou de outra, o trabalho de Keynes apontou para a necessidade de complementação do mercado pelas atividades econômicas do Estado, algo não apropriado as proposições liberais vigentes.

A necessidade de atenuar a necessidade desta intervenção implicou em resultados não apenas ideológicos, mas também metodológicos. O resultado da fundamentação neoclássica foi o de tornar estática a perspectiva keynesiana pensada dinamicamente a partir dos vínculos entre os tempos de produção (unidade mínima, nesta teoria) e de investimento, expectativas de curto e de longo prazo, a noção de incerteza e o conceito de demanda efetiva associado a eficiência marginal do capital. Em seu trabalho, *Mr Keynes and the Classics*, John Hicks Jr. monta um quadro eminentemente de estática comparativa, chamado de IS-LM, que passa a ser conhecido no mundo e principalmente nos países anglo-saxões como a perspectiva da economia keynesiana no curto prazo.

No longo prazo, tanto os trabalhos ditos neokeynesianos (na verdade, uma ramificação dos neoclássicos), quanto os novo-clássicos modificaram o eixo para os aspectos da determinação da oferta, sobre tudo no debate que se deu em torno da curva de Phillips e a causalidade de desemprego e inflação.

Consideração de Síntese

Estas breves observações sobre a evolução do trabalho em economia durante o período que vai do século XVIII ao Século XXI, mostram que:

1. a economia passou por diversas mudanças em seu alvo e de seus fundamentos principais e estas não foram contínuas como requereria a lógica da pesquisa de Popper;
2. diversos corpos teóricos em economia subsistiram e subsistem por muito tempo para que sejam os programas considerados com inseridos nas fases degenerativas descritas por Lakatos ou, em diversos casos, que um paradigma predomine ou venha a extinguir um anterior, como pretendia Kuhn ao desenvolver o conceito de paradigma dentro do contexto de revoluções científicas;
3. as mudanças fundamentais nos eixos de pesquisa, por diversas vezes, não se deram por dificuldades de um corpo teórico explicar um problema econômico a partir da análise que lhe é pertinente e sim por fatores extra-lógicos que re-direcionam os vetores de pesquisa ou pelo surgimento de novas técnicas e campos para investigação;
4. dentro dos fatores extra-lógicos, os aspectos ideológicos cumpriram um papel relevante, preponderando nas mudanças dos grandes eixos metodológicos e

analíticos sobre a resolução de técnica modelagem de um problema consensualmente tido como relevante;

5. por diversas vezes, a mudança do eixo de compreensão do problemas econômicos – também denominada de “progresso” ou “avanço” do pensamento econômico - implicou em alteração ou transfiguração semântica dos conteúdos expostos por predecessores, de modo a torná-los incompatíveis uns com os outros ou criar uma névoa no sentido dado pela histórica dos escritos e debates;

6. os fatos registrados de (2) à (5) implicam na impossibilidade da fronteira ou mainstream sintetizar a trajetória que o antecede, o que abre espaço para dominância calcadas em outros fatores entre os quais os interesses e àqueles de dimensão lingüística ou retórica;

7. a impossibilidade de síntese, implica na coexistência de vertentes ou paradigmas existentes e a preponderância de um frente ao outro, não se dá, necessariamente, pela supremacia das técnicas utilizadas por um dos corpos teóricos.

Existem diversos campos de intencionalidade, muitos deles não explorados neste trabalho, que concorrem e se sobrepõem à explicação direta dos fatos econômicos. A economia se move assim numa *rede mutante* que toma diversos moldes ao longo do tempo, voltando-se para apreender objetos distintos nos diferentes períodos selecionando o que detém e o que se esvai, segundo as distintas vertentes analíticas ou teóricas. Estes fatos concorrem para que existam, contemporaneamente, perspectivas de pesquisas plurais que são responsáveis por grandes discontinuidades, quando comparadas as anteriores. Os *campos de identidades* dos corpos teóricos são em muitos casos preservados sem que se chegue a um consenso em uma gama vasta de questões. Este cenário propicia uma diversidade de dinâmicas para a problematização de aspectos econômicos e de modos de operar a análise que é significativamente distinta daquilo que é proposto tanto por Popper quanto por Kuhn: a trajetória da análise em economia não é marcada pela continuidade, nem por um predomínio que se torne exclusivo ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADEO, E. J. Teoria e Método nos Primórdios da Macroeconomia(II): a Tríade Pós-Wickselliana. *Revista Brasileira de Economia*, 40(2), abr/jun, 1986.

ARIDA, P. (1983 [1991]) “A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica”. In José Márcio REGO, org. (1991). *Revisão da Crise: Metodologia e Retórica na História do Pensamento Econômico*. São Paulo: Editora Bial. (Publicado originalmente como texto para discussão da PUC do Rio de Janeiro em 1983). pp: 11-46

ARROW, K. & DEBREU, G. Existence of Equilibrium for Competitive Economy, *Econometrica* 22: 265-290, 1954.

BACHELARD, G. Conhecimento comum e conhecimento científico. In: *Tempo Brasileiro* São Paulo, n. 28, p. 47-56, jan-mar 1972.

_____ O novo espírito científico. Lisboa: Edições 70, 1996a.
JAPIASSÚ, Hilton. Para ler Bachelard. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. (Série Para ler).

BELLUZZO, L. G. M. *Valor e capitalismo – Um ensaio sobre a economia política*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BLAUG, M. *Metodologia Econômica*, EDUSP, 1975.

_____ . Khun versus Lakatos ou paradigmas versus Programas de Pesquisa na História da Economia, IPE, USP, 1988.

BERGER, L. “Economics and hermeneutics”. *Economics & Philosophy*, 5 (2): 209-34, 1989.

BOLTZMANN, L. Sobre la inevitabilidad del atomismo en las ciencias de la naturaleza. In: *Ensaio de mecanica y termodinamica*. Madrid, Alianza Editorial, 1986.

BOULDING, K. *The meaning of twentieth century*. New York, Harper and Row, 1964.

BOURDIEU, P. “O Campo Científico”. In Renato ORTIZ, org. *Pierre Bourdieu - Sociologia*. São Paulo: Zahar Ed, 1976.

COLEMAN, W. O. *Rationalism and anti-rationalism in the origins of economics – The philosophical roots of 18th century economic thought*. Aldershot: Edward Elgar, 1995.

DEANE, P. A Evolução das Idéias Econômicas. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

DOW, S. C. "The Scottish Political Economy Tradition". *Scottish Journal of Political Economy* 34, nº4 (November); 335-48. 1987.

DOW, S. Beyond the dualism. *Cambridge, Cambridge Journal of Economics*, 14(2), 1990, 143-57p.

- FERNADES, R.G. Retórica y economía: argumentos a favor del pluralismo y de la conversación civilizada. (mimeo)
- FLECK, L. *The Genesis and Development of a Scientific Fact* (editado por T.J. Trenn e R.K. Merton, com prefácio de Thomas Kuhn). Chicago: University of Chicago Press, 1979.
- FEYERABEND, P. K. *Against Method: Outline of an Anarchistic Theory of Knowledge*
- HABERMAS, J. (1973 [1987]) *Conhecimento e Interesse*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987. Tradução da terceira edição alemã, 1973.
- HANDS, D. W. *Reflections without Rules, Economic Methodology and Contemporary Science Theory*. Cambridge University Press, 2001.
- HICKS JR, J. Mr. Keynes and the Classics: a Suggest Interpretation, *Econometrica*, V.5, 1937.
- JEVONS W. S. "A Teoria da Economia Política" in *Os Economistas*. São Paulo, Nova Cultural, 1986.
- KUHN, T. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.
- _____ "A função do dogma na investigação científica" in *A crítica da ciência*, Zahar Editores, 1979.
- _____. *A tensão essencial*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- KUNTZ, R. *Capitalismo e natureza – Ensaio sobre os fundadores da economia política*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LAKATOS, I. *The Methodology of Scientific Research Programmes: Philosophical Papers Volume 1*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- _____ . *Proofs and Refutations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.
- LAWSON, T. "A Realist Theory of Economics" in *New directions in Economic Methodology*, London , Routledge, 1994.
- KLAMMER, A. *Conversa com Economistas*. São Paulo, Pioneira e EDUSP, 1988.
- KUNTZ, R. *Capitalismo e natureza – Ensaio sobre os fundadores da economia política*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MADISON, G.B. "Getting beyond objectivism: the philosophical hermeneutics of Gadamer and Ricoeur" In *LAVOIE*, 1991.
- MALTHUS, T. R. "As Possibilidades de Superprodução" in T. Szmrecsányi (org.) *Malthus*, pp. 124-137, 1820.

- MARSHALL, A. *Princípios de Economia*. Abril Cultural, São Paulo, 1983.
- McCLOSKEY, D. The rhetoric of economics. *Journal of Economic Literature*. Vol XXI, junho, 1983, 481-517p.
- MEEK, R. “Economia e Ideologia”, Cap. 12 de *Economia e Ideologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- MENGER, C. “Princípios de Economia Política” in *Os Economistas*. São Paulo, Nova Cultural, 1986.
- MIROWSKI, P. “What are the Questions?”. In BACKHOUSE, Roger E. (org.). *New Directions in Economic Methodology*. London: Routledge, 50-74, 1994.
- MILL, J. S. “Princípios de Economia Política” in *Os Economistas*, 2 Vols.. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- NAPOLEONI, C. *Smith, Ricardo e Marx*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1978, pp.195-225.
- POPPER K. *A lógica da pesquisa científica*, Editora Cultrix, 1972.
_____. *Conjeturas e Refutações*, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1963
- QUESNAY, F. *O Quadro econômico*, Abril Cultural, 1984.
- RICARDO. D. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo, Nova Cultural, 1985.
- RORTY, R. *A Filosofia e o Espelho da Natureza*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. (1ª edição em inglês, 1979, Princeton University Press), 1988.
- SAY, J. B. “Tratado de Economia Política” in *Os Economistas*. São Paulo, Nova Cultural, 1986
- SHACKLE, G. L. S. *Imagination and the nature of choice*, Edinburgo, Edinburgh University Press, 1979.
- SCHUMPETER, J. A. *History of Economic Analysis*. Oxford: Oxford Univ. Press, 1954.
- _____. “Science and Ideology” in *The philosophy of Economics: na Anthology*. Cambridge University Press, Cambridge, 1994
- SMITH, A. *Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riquezas das Nações*. Nova Cultural, 1985.
- SRAFFA, P. “Introdução” in: RICARDO, D. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo, 1982.

WALRAS, L. “Compêndio dos Elementos de Economia Política” in Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1983.